

Boletim do



Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Governo Bolsonaro

Ministérios e ministros

A Medida Provisória 870/19, editada no dia 1º de janeiro, estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios. O documento confirmou a estrutura de governo, com 22 Pastas. Maior que a anunciada na campanha eleitoral: 15 ministérios.

Além da MP, o governo editou, no dia 2, conjunto de decretos complementares à medida provisória, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança dos ministérios e outros órgãos de governo.

O Ministério da Defesa, cujo novo titular é o general Fernando Azevedo, não sofreu alterações recentes. O Decreto 9.570, de 20 de novembro de 2018, fez as modificações no plano regimental e também no aspecto dos cargos comissionados e das funções de confiança.

O novo ministro é natural da cidade do Rio de Janeiro. Foi chefe do Estado-Maior do Exército e passou para a reserva em 2018. Assessorou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. Desempenhou a função de Chefe de Operações do 2º Contingente do Brasil na Missão

das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.

Como oficial general, comandou a Brigada de Infantaria Paraquedista e o Centro de Capacitação Física do Exército. Posteriormente, foi designado Diretor do Departamento de Desporto Militar do Ministério da Defesa e exerceu a presidência da Autoridade Pública Olímpica. Esteve à frente, ainda, do Comando Militar do Leste e desempenhou, cumulativamente, a função de Coordenador Geral de Defesa de Área por ocasião dos Jogos Olímpicos RIO2016. Também exerceu a chefia do Estado-Maior do Exército.

Do mesmo modo, não houve alterações no Ministério da Saúde, que está sob a titularidade de Luiz Henrique Mandetta. Deputado federal por 2 mandatos pelo DEM-MS. Médico ortopedista. Foi presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara. Coordenou área de saúde do plano de governo do presidente Jair Bolsonaro. Não concorreu à reeleição. Em 2005, assumiu a Secretaria de Saúde de Campo Grande (MS). É formado pela Universidade Gama Filho (RJ), com especialização em Ortopedia pelo serviço de Ortopedia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e subespecialização

em Ortopedia Pediátrica pelo Scottish Rite Hospital for Children em Atlanta. É também especialista em Gestão de Serviços e Sistemas de Saúde pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No novo formato ministerial do governo Bolsonaro foram extintos e/ou incorporados 7 Pastas:

- 1) Transportes, Portos e Aviação Civil (transformado ou incorporado ao Ministério da Infraestrutura);
- 2) Indústria, Comércio Exterior (virou Secretaria do Ministério da Economia) e Serviços (incorporado ao Ministério da Economia);
- 3) Esporte (transformado em Secretaria, no âmbito do Ministério da Cidadania);
- 4) Cidades (incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Regional);
- 5) Cultura (incorporado ao Ministério da Cidadania);
- 6) Trabalho (incorporado ao Ministério da Economia, com transferência de outras atribuições para outras Pastas); e
- 7) Segurança Pública (incorporado ao Ministério da Justiça).

Ministérios e ministros do governo Bolsonaro

MP 870/19 estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios. O texto detalha a organização dos órgãos. Os decretos definem a estrutura a respectiva estrutura regimental

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DECRETO 9.662/19 SÉRGIO MORO

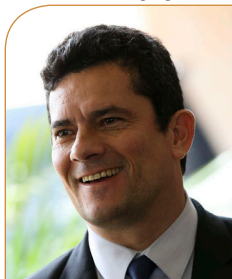
Ex-juiz federal da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba (PR), especializada em crimes financeiros, contra a Administração Pública, de tráfico de drogas, de lavagem de dinheiro e praticados por grupos criminosos organizados. Trabalhou como Juiz instrutor no Supremo Tribunal Federal durante o ano de 2012. Ganhou enorme notoriedade nacional e internacional por comandar, desde março de 2014, o julgamento em 1ª instância dos crimes identificados na Operação Lava Jato que, segundo o MPF, é o maior caso de corrupção e lavagem de dinheiro já apurado no Brasil, envolvendo grande número de políticos, empreiteiros e empresas, como a Petrobras, a Odebrecht, entre outras. Em 12 de julho de 2017, condenou o ex-presidente Lula a 9 anos e 6 meses de prisão, sendo essa a 1ª vez na história do Brasil em que se condenou criminalmente um ex-presidente da República, decisão mantida em segunda instância.

Leccionou entre 2007 a 2016 como Professor Adjunto de Direito Processual Penal da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É Professor contratado da graduação e pós-graduação do Unicuritiba - Centro Universitário Curitiba. Recebeu o título de Doctor of Laws, honoris causa, pela University of Notre Dame du Lac, South Bend, Indiana, em 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO DECRETO 9.664/19 MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO

Empresário, formado em engenharia civil, estreou na política em 2012, eleito vereador para a Câmara Municipal de Belo Horizonte. Em 2014, garantiu vaga na Câmara dos Deputados. Foi o 3º deputado federal mais votado de Minas Gerais. Durante o mandato, aderiu à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, participando da discussão de temas como a Alteração da Lei Geral do Turismo e das medidas do Plano Brasil + Turismo. Nas eleições de 2018, coordenou as ações de campanha de Jair Bolsonaro, em Minas Gerais. Foi reeleito com mais de 230 mil votos. É presidente do PSL em Minas Gerais.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DECRETO 9.665/19 RICARDO VÉLEZ RODRIGUES

Professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Ricardo Vélez Rodriguez, 75 anos, é colombiano naturalizado brasileiro. Defensor do “Escola sem Partido”. Foi indicado para a Pasta pelo filósofo Olavo de Carvalho. O ministro tem graduação em Filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana (1964), graduação em Teologia pelo Seminário Conciliar de Bogotá (1967), mestrado em Filosofia pela PUC-Rio (1974), doutorado em Filosofia pela Universidade Gama Filho (1982) e pós-doutorado pelo Centro de Pesquisas Políticas Raymond Aron, Paris. Autor de mais de 30 obras, tendo dedicado sua carreira à docência universitária e à pesquisa.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DECRETOS 9.666/19 E 9.688/19 GUSTAVO CANUTO

Natural de Paranavaí (PR), 40 anos. É servidor efetivo do ex-Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). Sem filiação partidária, é graduado em Engenharia de Computação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub). No último biênio foi chefe de gabinete do ministro da Integração Nacional e assumiu a Secretaria Executiva da Pasta, em agosto de 2018. Trabalhou em outros órgãos federais, como: Secretarias de Aviação Civil e Geral da Presidência da República e na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Wilson Dias/Agência Brasil



Gustavo Messina



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DECRETO 9.667/19 TEREZA CRISTINA

Deputada reeleita pelo DEM-MS, licenciada, 2º mandato. Engenheira agrônoma e empresária. Foi presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que reúne 104 deputados e senadores. Antes de chegar à Câmara dos Deputados, foi titular da



Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo do governo do Mato Grosso do Sul, de 2007 a 2014. Na Câmara federal, dedicou seu primeiro mandato à defesa de propostas voltadas ao desenvolvimento do agronegócio no Brasil.

**GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (GSI)
DECRETOS 9.668/19 E 9.687/19
GENERAL DE EXÉRCITO AUGUSTO HELENO
RIBEIRO PEREIRA**



Curitibano (PR), general de exército, 71 anos, chegou a ser cotado para vice na chapa. Participou da elaboração do plano de governo do presidente eleito e também auxiliou na interlocução do candidato do PSL com integrantes da cúpula das Forças Armadas. Na reserva desde 2011, o general comandou a missão de paz das Nações Unidas no Haiti, foi comandante militar da Amazônia e chefiou o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.

**SECRETARIA DE GOVERNO DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DECRETOS 9.669/19 E 9.696/19
GENERAL DE DIVISÃO CARLOS ALBERTO
DOS SANTOS CRUZ**



Natural do Rio Grande (RS), graduou-se na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. É engenheiro civil formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e especializado em Operações na Selva e em Ações de Comandos. Foi graduado no nível de política e estratégia no United States Army War College (Carlisle - Pensilvânia - EUA) e, entre 2001 e 2002, foi adido militar na embaixada do Brasil em Moscou. De abril de 2017 a junho de 2018, o general Santos Cruz foi o Secretário Nacional de Segurança Pública. Entre outras atribuições relevantes na Força.

**SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA
DECRETOS 9.670/19 E 9.696/19
GUSTAVO BEBIANNO ROCHA**



Advogado, formado pela PUC-RJ, mestre em Finanças Corporativas pela University of Illinois (EUA), com pós-graduações em Gestão Corporativa pelo Ibmecc-RJ, em Administração de Empresas pela PUC-RJ e em Direito da Economia e da Empresa pela FGV-RJ. Tem mais de 25 anos de experiência na advocacia civil, empresarial, comercial e contenciosa. Também reúne sólida trajetória em gestão empresarial e desenvolvimento

de negócios, com foco em gestão e reestruturação de equipes e ambientes corporativos, criação e implementação de processos e políticas corporativas, auditoria interna e procedimentos de *due diligence*.

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
ANDRÉ LUIZ MENDONÇA**



André Luiz de Almeida Mendonça é natural de Santos (SP), tem 46 anos e é advogado da União desde 2000. Já exerceu, na instituição, os cargos de corregedor-geral da Advocacia da União e de diretor de Patrimônio e Probidade (PGU), dentre outros. Recentemente, na Controladoria-Geral da União (CGU), como assessor especial do ministro, coordenou equipes de negociação de acordos de leniência celebrados pela União e empresas privadas.

Advogado, formado pela Faculdade de Direito de Bauru (SP), André Mendonça é doutor em Estado de Direito e Governança Global e mestre em Estratégias Anticorrupção e Políticas de Integridade pela Universidade de Salamanca, na Espanha. Suas teses de doutorado e dissertação de mestrado conquistaram o prêmio extraordinário da Universidade. Também é pós-graduado em Direito Público pela Universidade de Brasília (UnB).

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
DECRETO 9.672/19
RICARDO SALLES**



Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie e pós-graduado pelas universidades portuguesas de Coimbra e Lisboa. Tem especialização em Administração de empresas pela FGV-SP. Foi Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo entre 2016 e 2017 na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB-SP). Foi também secretário particular do governador do estado de São Paulo. Sua indicação teve apoio de diversas entidades do setor produtivo, a exemplo da construção civil, imobiliário, indústria, comércio, agricultura, pecuária, dentre outros. É membro do Novo-SP.

**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS
DECRETO 9.673/19
DAMARES ALVES**



Natural do Paraná, 55 anos. Mudou-se aos 6 anos de idade para o Nordeste, onde morou na Bahia e Alagoas. Educadora, advogada, assessora parlamentar e defensora dos direitos humanos, tornou-se em meados da década de 1980 uma das fundadoras do Comitê Estadual de Sergipe do Movimento Nacional Meninas e Meninos em Sergipe, que tem como

principal função social a proteção de crianças moradoras de rua. Atuou ainda no final da década de 1980 na defesa dos direitos das mulheres pescadoras e trabalhadoras do campo.

No Congresso Nacional há mais de 20 anos, a advogada é considerada referência no combate à pedofilia e proteção da infância. Trouxe ao protagonismo a voz de milhares de crianças com deficiência vítimas do infanticídio indígena. Advoga voluntariamente há muitos anos para mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social e de violência doméstica.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA DECRETO 9.674/19 OSMAR TERRA



Deputado licenciado, 6º mandato, reeleito em 2018. Natural de Porto Alegre (RS), médico, com especialização em Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê na Universidade de Brasília (UnB). Tem mestrado na PUC-RS, em Neurociência. Foi superintendente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) durante a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado. Trabalhou como secretário estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, quando executou o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), que se tornou política pública estadual em 2006. Foi secretário executivo do Programa Nacional Comunidade Solidária. Foi eleito prefeito da cidade de Santa Rosa (RS), em 1992.

Em sua atuação no Congresso Nacional, Terra foi autor da Lei nº 13.257/16, que instituiu o Marco Legal da Primeira Infância. Em maio de 2016, assumiu o então Ministério Desenvolvimento Social (MDS), onde passou a cuidar de programas como o Bolsa Família e financiamentos direcionados à agricultura familiar, além de ter implementado em outubro do mesmo ano o Programa Criança Feliz.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA DECRETO 9.675/19 BENTO COSTA LIMA



Nascido no Rio de Janeiro (RJ), foi diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, ocasião em que esteve à frente do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e do Programa Nuclear da Marinha (PNM). Iniciou a carreira militar em 1973. Comandou os submarinos “Tamoio” e “Tonelero”, a Base de Submarinos “Almirante Castro e Silva” e, também, a Força de Submarinos, tendo sido, ainda, chefe de gabinete do Estado-Maior da Armada e do Comandante da Marinha, além de comandante e Chefe da Esquadra.

Pós-graduado em Ciência Política pela UnB. Possui MBA em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas, e em Gestão Internacional pela Universidade Federal do

Rio de Janeiro (UFRJ), além de vários cursos militares da Escola de Guerra Naval e do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, tornando-se doutor em Ciências Navais.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DECRETOS 9.676/19 E 9.684/19 TARCÍSIO GOMES DE FREITAS



Consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Foi chefe da seção técnica da Companhia de Engenharia do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, coordenador-geral de Auditoria da Área de Transportes da Controladoria-Geral da União (CGU) e diretor-executivo e diretor-geral do Dnit. É engenheiro civil formado pelo Instituto Militar de Engenharia, com pós-graduação em gerenciamento de projetos e engenharia de transportes. O ministro iniciou a carreira no Exército e ingressou por concurso no quadro de auditores da CGU. Também atuou como engenheiro da Companhia de Engenharia Brasileira na Missão de Paz no Haiti.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES DECRETO 9.677/19 TENENTE-CORONEL MARCOS PONTES



Paulista de Bauru, 56 anos. Tenente Coronel Aviador R1 da Força Aérea Brasileira, engenheiro aeronáutico, formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), mestre em Engenharia de Sistemas pela Naval Postgraduate School, na Califórnia (EUA). Astronauta. É membro da turma de 1998 de astronautas da Nasa. É o único brasileiro a ir ao espaço.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DECRETO 9.678/19 ÔNIX LORENZONI



Natural de Porto Alegre (RS), é médico veterinário e empresário. Em 2018, foi eleito pela 5ª vez para a Câmara dos Deputados. Coordenou a transição governamental no cargo de ministro extraordinário. Em janeiro de 2019, tomou posse como ministro da Casa Civil. Foi presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em 2008. Foi titular da Comissão de Constituição e Justiça; e de comissões parlamentares de inquérito, como a CPMI dos Correios e na CPI da Petrobras. Foi relator do PL 4.850/16, que estabelece medidas contra a corrupção e o enriquecimento ilícito, baseado nas 10 Medidas do Ministério Público Federal (MPF).

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DECRETO 9.679/19 PAULO GUEDES



Economista. Carioca. É formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mestrado na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e doutorado em Política Fiscal pela Universidade de Chicago (EUA). É referência nos setores de educação e financeiro. É um dos fundadores do Banco Pactual, onde liderava a área de renda fixa como macro economista chefe. Ainda nos anos 1980, se notabilizou pelas críticas ao Plano Cruzado. Foi fundador e presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), uma das mais respeitadas instituições de ensino no País. Fundou a BR Investimentos, fundo de *private equity* com foco em educação que, posteriormente, tornou-se a Bozano Investimentos, gestora de recursos onde ele atuou como CEO até recentemente.

Foi também um dos criadores do Instituto Millenium, *think-tank* formado por intelectuais e empresários, que defende, entre outros valores, o direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo.

INCORPORAÇÕES

O ministério absorveu funções dos ex-ministérios da Fazenda; do Planejamento; e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, além de parte das funções do extinto Ministério do Trabalho. O superministério foi dividido em 7 secretarias especiais. A de Previdência e Trabalho, responsável por conduzir a principal bandeira do novo governo, a reforma da Previdência, tem como titular o ex-deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que foi relator da Reforma Trabalhista na Câmara dos Deputados.

A da Fazenda, cujo titular é o economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e ex-funcionário da Assessoria Especial do Ministério da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior.

A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (ex-Planejamento) está sob a responsabilidade do ex-secretário de Gestão da Prefeitura de São Paulo e ex-diretor executivo do Instituto Millenium, Paulo Uebel.

A Receita Federal está sob o comando do professor da Fundação Getúlio Vargas, Marcos Cintra. A divisão de Desestatização e Desinvestimento, responsável pelas privatizações, está com o fundador e presidente do conselho da Localiza, o empresário Salim Mattar.

A Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais está sob a condução do economista, cientista político e diplomata Marcos Troyjo. A Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade está com o ex-diretor de Planejamento, Crédito e Tecnologia do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Carlos da Costa.

Todos os secretários especiais já foram oficializados, mas a equipe do ministério ainda não está completa. Faltam nomes nas seguintes secretarias: Desburocratização, Gestão e Governo Digital; e Desestatização e Desinvestimento.

São, ao todo, 28 membros que foram oficializados. Dentre esses, há apenas uma mulher: **Yana Dumaresq**, nomeada secretária adjunta da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. Analista de Comércio Exterior desde janeiro de 2009. Mestre pela University of Cambridge, onde estudou a interação do sistema multilateral de comércio com os regimes ambientais internacionais. Mestre em Gestão e Liderança Corporativa, pelo consórcio Global Leadership Programme, composto por Columbia University, London Business School, Wharton School (Insead) e China Europe International Business School (Ceibs). Foi secretária-executiva do MDIC.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) DECRETOS 9.681/19 E 9.694/19 WAGNER ROSÁRIO



Assumiu a Pasta em 2017. Conhecido por seu perfil técnico. É auditor federal de Finanças e Controle da CGU desde 2009. No órgão, foi o primeiro servidor de carreira a assumir o cargo de secretário-executivo e ministro da Pasta. Também trabalhou na área responsável por investigações conjuntas de combate à corrupção, em articulação com a Polícia Federal, ministérios públicos (Federal e Estadual) e demais órgãos de defesa do Estado. Foi capitão do Exército com formação na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). É graduado em Ciências Militares e tem mestrado em Combate à Corrupção e Estado de Direito pela Universidade de Salamanca, da Espanha.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DECRETO 9.683/19 ERNESTO HENRIQUE FRAGA ARAÚJO



O embaixador Ernesto Henrique Fraga Araújo nasceu em Porto Alegre, em 1967. É casado, tem uma filha e dois enteados. É Bacharel em Letras pela Universidade de Brasília.

Em 1990, ingressou no Instituto Rio Branco. Nos primeiros anos da carreira, trabalhou com temas de integração regional e Mercosul.

Entre 1995 e 2003, serviu na Missão junto às Comunidades Europeias, em Bruxelas, bem como na Embaixada na Alemanha. De volta ao Brasil, em 2003, trabalhou na Divisão de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, a qual passou a chefiar a partir de 2004. Em 2005, tornou-se Chefe da Divisão de União Europeia e Negociações Extra-regionais.

A partir de 2007, serviu na Embaixada no Canadá (2007-2010) e na Embaixada em Washington (2010-2015), onde desempenhou a função de Vice-Chefe de Missão.

De 2015 a 2016, foi Subchefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores.

Em 2016, foi nomeado Diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, cargo que exerceu até ser designado Ministro de Estado das Relações Exteriores.

BANCO CENTRAL

DECRETO

ROBERTO CAMPOS NETO

Economista, 49 anos, é formado em Economia pela Universidade da Califórnia, com especialização em Economia com ênfase em Finanças, pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles.



Trabalhou no Banco Bozano Simonsen de 1996 a 1999, onde ocupou os cargos de Operador de Derivativos de Juros e Câmbio (1996), Operador de Dívida Externa (1997), Operador da área de Bolsa de Valores (1998) e Executivo da Área de Renda Fixa Internacional (1999).

De 2000 a 2003, Campos Neto, segundo o perfil que consta no site do Santander, trabalhou como Chefe da área de Renda Fixa Internacional no Santander Brasil.

Em 2004, ocupou a posição de Gerente de Carteiras na Claritas. Ingressou no Santander Brasil em 2005 como Operador e em 2006 foi Chefe do Setor de Trading. Em 2010, passou a ser responsável pela área de Proprietária de Tesouraria e Formador de Mercado Regional & Internacional. O ministro do Banco Central ainda será sabatinado pelo Senado Federal.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DECRETO Nº 8.901/2016

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

Luiz Henrique Mandetta nasceu em Campo Grande (MS). Possui graduação em medicina pela Universidade de Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ – 1989) e pós-graduação em ortopedia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Nos Estados Unidos (Atlanta, Georgia), obteve a especialidade de ortopedia pediátrica pela Fellow da Emory University. Ainda, é especialista em gestão de serviços e sistema de saúde pela Fundação Getúlio Vargas.



Iniciou sua carreira como médico no Hospital Geral do Exército e, em 1993, passou a compor o quadro de médicos da Santa Casa de Campo Grande (MS). Em 1996, foi admitido como médico adjunto do Hospital Universitário e atuou também como professor do curso de pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Seguiu como conselheiro fiscal da Cooperativa de Médicos (Unimed) de Campo Grande (1998-99), Conselheiro Técnico da Santa Casa, em 2000, e Presidente da Unimed em 2001. Em 2004, iniciou gestão de quatro anos como conselheiro eleito do Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul (CRM/MS).

De 2005 a 2010, assumiu a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande (MS). Após esse período, exerceu

dois mandatos como deputado federal pelo Mato Grosso do Sul (2011 e 2018), quando empenhou esforços nas áreas sociais, especialmente saúde, medicina, assistência social e educação, compondo comissões e subcomissões temáticas, além representante do grupo de parlamentares brasileiros no Parlamento do Mercosul.

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO Nº 9.570/2018

FERNANDO AZEVEDO E SILVA



Fernando Azevedo e Silva é general de Exército e natural da cidade do Rio de Janeiro. Foi declarado aspirante a oficial da Arma de Infantaria em 14 de dezembro de 1976 e promovido ao último posto da carreira em julho de 2014.

Ocupou vários cargos e funções inerentes ao oficial subalterno e intermediário, dentre os quais se destaca o comando da Companhia de Precursores Paraquedista. Foi, ainda, instrutor do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Desempenhou a função de Chefe de Operações do II Contingente do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.

Foi diretor do Departamento de Desporto Militar do Ministério da Defesa. Em 2013 e 2014, exerceu a presidência da Autoridade Pública Olímpica. Desde 30 de março de 2015, esteve à frente do Comando Militar do Leste e desempenhou, cumulativamente, a função de coordenador geral de Defesa de área, por ocasião da preparação e execução dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 31 de julho de 2016, foi nomeado para exercer a chefia do Estado-Maior do Exército. Sua última função antes de assumir o Ministério da Defesa foi a de assessor especial do presidente do Supremo Tribunal Federal.

PRIMEIRAS MEDIDAS DO GOVERNO BOLSONARO

Edições do Diário Oficial da União (DOU) nos 2 primeiros dias de 2019 trouxeram mudanças na estrutura do governo, assumido no dia 1º do ano pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL). Foram editadas 1 MP e vários decretos. Menos ministérios, novos cargos, e novo salário mínimo foram algumas das mudanças iniciais da nova gestão que se inicia. Conheça as principais medidas do governo Bolsonaro nos primeiros dias de gestão.

1) Nova estrutura ministerial. O DOU confirmou, por meio da MP 870, as 22 Pastas ministeriais do governo Bolsonaro - como já havia sido anunciado durante a transição. O número final ficou acima do que havia sido anunciado durante a campanha: 15, na época.

Os ministros foram empossados no dia 1º de janeiro por Bolsonaro. São 16 ministérios, 2 secretarias e 4 órgãos equivalentes a ministérios. Foram extintas 7 Pastas: 1) Transportes, Portos e Aviação Civil; 2) Indústria, Comércio

Exterior e Serviços; 3) Esporte; 4) Cidades;
5) Cultura; 6) Trabalho; e 7) Segurança Pública.

2) Cargos de articulação da Casa Civil na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O texto também cria cargos de articulação da Presidência com o Legislativo. Ou seja, a Casa Civil, chefiada por Onyx Lorenzoni (DEM), terá 1 secretário especial para a Câmara e outro para o Senado.

Deve ser anunciado que Carlos Manato (PSL-ES), que não conseguiu se eleger para o governo do Espírito Santo, será secretário especial para a Casa, e Leonardo Quintão (MDB-MG), outro derrotado nas urnas, cuidará da relação com o Senado.

3) Demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. A Funai (Fundação Nacional do Índio) passa a ser vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (antes, era vinculada ao Ministério da Justiça) e não poderá mais demarcar terras indígenas.

Quem passa a ter o poder de “identificação, delimitação, demarcação e registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas” é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Pasta também será responsável pela delimitação de terras ocupadas por comunidades quilombolas.

Na prática, a nova configuração dá a ruralistas, muitos com interesses contrários aos dos indígenas, o poder de demarcar suas terras. Também esvazia a Funai, órgão criado em 1967 com o objetivo de proteger os direitos dos povos indígenas no Brasil.

4) Salário mínimo. O DOU também trouxe o novo valor do salário mínimo, que passou a valer desde o dia 1º de janeiro R\$ 998. Este novo valor do mínimo foi definido por meio do Decreto nº 9.661, publicado no DOU no dia 1º de janeiro.

O valor é menor do que o previsto no ano passado pelo governo Michel Temer (MDB), de R\$ 1.006, correção de 5,45% sobre o salário mínimo anterior, de R\$ 954.

O mínimo menor do que o previsto é resultado de mu-

dança na previsão da inflação porque na época em que o governo Temer orçou o salário mínimo em R\$ 1.006, a previsão era de que inflação fecharia percentual mais alto.

Se o decreto editado por Bolsonaro tivesse mantido o valor do mínimo em R\$ 1.006, isto é, não tivesse confiscado R\$ 8, seriam acrescentados por mês na economia R\$ 352 milhões e, por ano, já incluído o 13º, R\$ 5,576 bilhões.

5) Cargos de chefia no Itamaraty a não diplomatas. Funções de chefia no Ministério das Relações Exteriores não se restringirão mais apenas ao corpo de servidores do Ministério. Ou seja, não diplomatas poderão exercer cargos de chefia no Itamaraty.

Segundo a MP 870, publicada no DOU do dia 1º de janeiro, que modificou a organização dos ministérios, o “serviço exterior brasileiro (...) constitui-se do corpo de servidores, ocupantes de cargos de provimento efetivo, capacitados profissionalmente como agentes do Ministério das Relações Exteriores, no País e no exterior, organizados em carreiras definidas e hierarquizadas, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão e funções de chefia”.

A alteração é na Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro.

6) Alterações internas em ministérios. Por fim, o texto também trouxe alterações internas em ministérios. O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), como já havia sido anunciado, agora é vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, comandado pelo ex-juiz Sergio Moro.

O DOU publicado na última quarta-feira, 2 de janeiro, estabelece novo estatuto do Coaf, criando 2 novas diretorias - de Inteligência Financeira e de Supervisão - entre outras modificações.

Outra mudança na estrutura dos ministérios é a da Comissão de Anistia, antes vinculada à Pasta da Justiça, e passou para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiada pela ministra Damares Alves. A Comissão de Anistia é responsável pelas políticas de reparação e memória para as vítimas da ditadura brasileira.

DIAP mapeia novo Congresso eleito em 2018

DIAP lança, em janeiro, a **7ª edição da “Radiografia do Novo Congresso”**, publicação da série Estudos Políticos, que registra e analisa o processo eleitoral, pontuando seu eixo central e suas principais características, traça o perfil socioeconômico da Câmara e do Senado, além de relatar detalhadamente a situação de cada um dos atuais e novos parlamentares em seus respectivos estados.

A partir de informações qualitativas e quantitativas, a equipe do **DIAP** oferece à sociedade e às lideranças sindicais o mapa do Poder Legislativo. Nesse número da série **Estudos Políticos**, o leitor vai encontrar informações sobre os índices de renovação das duas Casas do Congresso, conhecerá a dança das cadeiras, saberá quem ganhou e quem perdeu em termos partidários, identificará os parlamentares mais influentes que chegam ao Parlamento brasileiro, terá informações sobre os parlamentares eleitos com seus próprios votos, além de conhecer a agenda prioritária do novo governo que depende do Congresso. Trata-se, portanto, de publicação de referência, que será de grande utilidade para todos aqueles que se interessam pelo processo político e eleitoral do País, notadamente pela profunda análise que é feita das eleições majoritária - presidente, governadores e senadores - e proporcional - deputados federais, estaduais e distritais.

